

Artigo original • Acesso aberto

Investimentos, meio ambiente e agricultura nas relações entre a China e América Latina e Caribe

Investments, the environment, and agriculture in relations between China and Latin America and the Caribbean

 **Fabiano Escher**  **Ana Elisa Saggioro Garcia**  **Felipe Hermeto de Almeida**

Resumo

A ascensão da China como potência econômica, tecnológica e financeira redefiniu, nas duas últimas décadas, a posição da América Latina nas cadeias globais de valor, especialmente em torno de commodities agrícolas e minerais, infraestrutura e energia. A China converteu-se em parceiro comercial central, credor relevante e investidor estratégico, ao mesmo tempo em que se afirma como potência tecnológica e climática. A América Latina, por sua vez, aparece simultaneamente como fornecedora de recursos naturais críticos, mercado consumidor e espaço de experimentação de novas formas de cooperação Sul-Sul. É nesse cruzamento que se inscreve o dossiê temático “As relações entre China e América Latina: investimentos, meio ambiente e agricultura”, fruto de um projeto interinstitucional entre o CPDA/UFRRJ e o BRICS Policy Center/PUC-Rio, apoiado pela FAPERJ, e de uma disciplina de pós-graduação com mesmo título, que articulou pesquisa, formação e debate público sobre o tema.

Palavras-chave: China. Meio Ambiente. América Latina. Agricultura.

Abstract

China's rise as an economic, technological, and financial power has redefined Latin America's position in global value chains over the past two decades, especially in agricultural and mineral commodities, infrastructure, and energy. China has become a key trading partner, major creditor, and strategic investor, while also asserting itself as a technological and climate power. Latin America, in turn, appears simultaneously as a supplier of critical natural resources, a consumer market, and a space for experimenting with new forms of South-South cooperation. It is at this intersection that the thematic dossier “Relations between China and Latin America: investments, environment, and agriculture” is situated, the result of an interinstitutional project between CPDA/UFRRJ and the BRICS Policy Center/PUC-Rio, supported by FAPERJ, and a graduate course with the same title, which brought together research, training, and public debate on the topic.

Keywords: Investments. Environment. Agriculture. China. Latin America. Caribbean.

Citação sugerida

ESCHER, Fabiano; GARCIA, Ana Elisa Saggioro; ALMEIDA, Felipe Hermeto. Investimentos, meio ambiente e agricultura nas relações entre a China e América Latina e Caribe. Revista IDeAS, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-30, e025008, jan./dez. 2025.

Licença: Creative Commons - Atribuição/Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

Publicação:
12 dez. 2025

Apresentação

A ascensão da China como potência econômica, tecnológica e financeira redefiniu, nas duas últimas décadas, a posição da América Latina nas cadeias globais de valor, especialmente em torno de commodities agrícolas e minerais, infraestrutura e energia. A China converteu-se em parceiro comercial central, credor relevante e investidor estratégico, ao mesmo tempo em que se afirma como potência tecnológica e climática. A América Latina, por sua vez, aparece simultaneamente como fornecedora de recursos naturais críticos, mercado consumidor e espaço de experimentação de novas formas de cooperação Sul-Sul. É nesse cruzamento que se inscreve o dossiê temático “As relações entre China e América Latina: investimentos, meio ambiente e agricultura”, fruto de um projeto interinstitucional entre o CPDA/UFRRJ e o BRICS Policy Center/PUC-Rio, apoiado pela FAPERJ, e de uma disciplina de pós-graduação com mesmo título, que articulou pesquisa, formação e debate público sobre o tema.

Visto em perspectiva histórica de longa duração, esse adensamento contemporâneo das relações sino-latino-americanas se apoia em uma trajetória muito mais antiga, ainda que intermitente, que remonta à articulação do Pacífico como eixo do comércio global, às conexões entre prata americana e economia chinesa e às reconfigurações geopolíticas do pós-Segunda Guerra. A análise histórica recente mostra como, ao longo do século XX, a região permaneceu subordinada à hegemonia hemisférica dos Estados Unidos, enquanto a China atravessava revolução, guerras e reconstrução socialista. Mas é só a partir das reformas e abertura que se abre um espaço mais sistemático para a aproximação econômica e diplomática entre as duas partes (Ioris e Cepik, 2023).

A virada dos anos 2000 marca um salto qualitativo. Na América Latina, reformas neoliberais, financeirização e “onda rosa” criam, de um lado, estruturas produtivas reprimarizadas, com forte peso de commodities, e, de outro, governos dispostos a explorar novas margens de manobra frente ao Norte global. A expansão do comércio sino-latino-americano ocorre de forma vertiginosa, com a China tornando-se, em poucos anos, principal ou segundo parceiro comercial de vários países. A literatura chama atenção para a forma como a política de “going out” (*zou chuqu*) e o “arriving in” (*desembarco*) dos capitais chineses na região constituíram um novo campo de investigação, que exige olhar simultaneamente as estratégias chinesas e as especificidades das trajetórias nacionais latino-americanas (Armony and Strauss, 2012).

Nesse contexto, apresentou-se a ideia de uma “complementaridade” produtiva: a América Latina exportaria minerais, energia e produtos agrícolas, importando manufaturas de menor custo. Essa narrativa é, porém, crescentemente tensionada pela assimetria dessa complementaridade. Estudos sobre comércio e investimento mostram que, ao mesmo tempo em que o vínculo com a China contribuiu para manter algum dinamismo em meio à crise global, ele reforçou padrões de reprimarização e aprofundou a dependência de

commodities, ainda que em novas bases e sob um novo polo de acumulação. A combinação entre aumento da participação de commodities na pauta exportadora, maior vulnerabilidade a oscilações de preços e forte penetração de manufaturas chinesas intensivas em trabalho aprofunda dilemas de desindustrialização e restrições de emprego, recolocando, em chave atualizada, os debates sobre dependência externa e inserção subordinada da região na divisão internacional do trabalho (Menezes e Bragatti, 2020).

Ao mesmo tempo, além do comércio, o investimento externo direto e o financiamento de bancos de desenvolvimento chineses adensam a presença da China em setores estratégicos dos países latino-americanos - petróleo, mineração, energia, logística, agronegócio - muitas vezes por meio de grandes projetos de infraestrutura e de cadeias agroindustriais com baixo nível de encadeamento e sofisticação tecnológica. Esse processo se articula a um “novo consenso de controle de recursos”, no qual a demanda chinesa e o capital associado à sua estratégia externa alimentam uma expansão de complexos extrativos e agroexportadores que aprofunda transformações agrárias, concentra terra e poder e tensiona direitos territoriais e socioambientais, sobretudo em torno dos complexos soja e carne (McKay et al., 2017; Escher e Wilkinson 2019; Wilkinson, Escher e Garcia 2022).

Ao deslocar o foco de China e América Latina como blocos homogêneos para os atores concretos envolvidos, emergem imagens mais complexas. A presença chinesa na região é composta por uma constelação de bancos, empresas estatais e privadas, agências governamentais e governos locais, que interagem com estados nacionais, elites empresariais, burocracias setoriais e movimentos sociais latino-americanos em arranjos variáveis de cooperação, conflito e negociação. Essa multiplicidade de atores e arenas levou parte da literatura a propor que a relação entrou em uma “segunda etapa”, em que o desafio não é apenas medir fluxos de comércio e investimento, mas compreender quem são os sujeitos que os viabilizam, regulam e contestam, e como isso reconfigura institucionalmente a relação sino-latino-americana (Peters e Armony, 2015). Esse deslocamento também aparece no projeto de pesquisa que deu origem ao dossiê, que ao articular pesquisa empírica, monitoramento de dados e diálogo com atores do estado e da sociedade civil, toma como eixos o mapeamento de fluxos de investimento e crédito, a análise de políticas públicas de facilitação de capitais chineses, o estudo dos impactos econômicos, sociais e ambientais em cadeias agroindustriais selecionadas e as disputas e desafios na busca por um desenvolvimento mais justo, sustentável e soberano na região.

Mais recentemente, mudanças na própria trajetória chinesa e nos regimes globais de comércio, finanças e clima introduzem uma inflexão importante. A desaceleração econômica, a crise imobiliária, o esgotamento relativo da transição dietética voltada à proteína animal e a centralidade de minerais críticos e tecnologias limpas fazem com que o investimento chinês

em América Latina passe por transformações estruturais (Wilkinson, Escher e Garcia 2022). Evidências provenientes do monitoramento do investimento externo direto apontam para uma queda relativa do peso dos projetos estritamente ligados a matérias-primas e um aumento da participação de atividades orientadas ao mercado doméstico, à manufatura e a setores que orbitam a transição energética - energia renovável, veículos elétricos, baterias, eletroeletrônicos (Peters, 2025). Isso não elimina a reprimarização, nem os conflitos socioambientais associados a grandes projetos extrativos e à expansão de fronteiras agrícolas, mas abre novas frentes de disputa em torno de lítio, hidrogênio, infraestrutura logística e digital. A filosofia chinesa de “civilização ecológica” e a retórica de compromisso com o Acordo de Paris convivem com a ampliação de investimentos em setores de alto impacto territorial, enquanto governos latino-americanos oscilam entre estratégias de captura de renda, agendas de transição energética desigual e tentativas fragmentadas de regulação socioambiental. Somam-se a isso as rivalidades sino-estadunidenses e a crise de mecanismos regionais de coordenação, que reduzem a capacidade de resposta coletiva da América Latina e tornam ainda mais assimétricas as negociações com grandes potências (Ioris e Cepik, 2023).

A chamada de artigos deste dossiê insere-se precisamente nesse debate sobre uma transição incerta, ao discutir impactos, contradições e oportunidades das relações China-América Latina com ênfase em investimentos, sustentabilidade e agricultura. A proposta é ir além da leitura da China meramente como “alternativa” ao Norte, interrogando em que medida os investimentos Sul-Sul reproduzem ou transformam hierarquias globais, que tipos de coalizões domésticas se articulam em torno desses fluxos e como as lutas em defesa de direitos territoriais, soberania alimentar e justiça climática reconfiguram o próprio campo das relações internacionais na região. É sobre esse terreno analítico que se assentam os artigos que compõem o dossiê.

Os artigos do dossiê

O primeiro bloco é aberto pelo artigo de Bruno Guimarães Neves, “A economia política do desenvolvimento em disputa nas relações Brasil-China: análise de publicações da Fundação Perseu Abramo (2008-2016)”, porque mapeia, no plano das ideias e das estratégias políticas, os sentidos em disputa em torno da relação Brasil-China. A partir da produção da Fundação Perseu Abramo, o texto reconstrói como, no interior do campo do Partido dos Trabalhadores, a China é pensada simultaneamente como parceiro estratégico do Sul global e como polo de reprodução de assimetrias na divisão internacional do trabalho. Ao articular debates sobre BRICS, cooperação Sul-Sul e desenvolvimento desigual e combinado, o artigo mostra que a própria noção de “desenvolvimento” é objeto de disputa, tensionando leituras que

veem na China apenas uma alternativa benigna ao Norte global. Com isso, oferece um enquadramento político-intelectual que lança luz sobre as continuidades e deslocamentos em torno de temas centrais das relações China-América Latina que permeiam todo o dossiê, como soberania, industrialização e justiça social.

Na sequência, Ana Carolina Zappa de Carli Meireles Rabello e Thiago Bernardo Lima, em “Repensando o desenvolvimento: As relações sino-brasileiras a partir da teoria da Nova Economia Estrutural”, deslocam o foco para o debate teórico sobre transformação estrutural e políticas industriais, mobilizando as contribuições do economista chinês Justin Lin Yifu para reinterpretar a inserção chinesa no Brasil. O artigo examina dados de comércio e investimentos chineses, discutindo em que medida a reprimarização da economia brasileira decorre de opções domésticas mais do que de uma suposta “essência extrativista” da política chinesa. A partir da noção de vantagens comparativas dinâmicas e da centralidade do planejamento estatal de longo prazo, os autores exploram cenários de “ganhos mútuos” que dependeriam de uma estratégia ativa por parte do estado brasileiro. Este artigo mostra como diferentes paradigmas de desenvolvimento produzem leituras contrastantes sobre o mesmo processo, reforçando a necessidade de não naturalizar nem demonizar a presença chinesa na região.

O artigo de Maria Beatriz Peixoto Mello, “Industrialização verde e a relação Brasil-China: definições, parcerias e assimetrias”, aprofunda a discussão, colocando a transição energética e a chamada industrialização verde no centro da relação bilateral. A partir de uma análise da assimetria comercial Brasil-China e da forma como a noção de indústrias verdes foi construída internacionalmente, o texto examina como ambos os países vêm incorporando esse léxico em suas políticas industriais e ambientais. Ao mostrar que a China já articula segmentos significativos de indústria verde e que essa dimensão começa a aparecer na pauta bilateral, o artigo problematiza se a “industrialização verde” pode significar, para o Brasil, mais do que apenas adicionar uma nova camada “limpa” a uma inserção primário-exportadora. O texto contribui ao evidenciar tanto as oportunidades quanto os riscos de uma agenda verde que, se não for apropriada criticamente, pode reforçar assimetrias tecnológicas e produtivas em vez de contribuir para superá-las.

O texto de Cândido Grinsztejn Rodrigues d'Almeida e Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira, “O aprofundamento das relações econômicas entre China e América do Sul no contexto da transição energética desigual”, amplia a lente para o plano regional. A partir de um mapeamento detalhado do investimento estrangeiro direto chinês em energia renovável, minerais estratégicos e cadeias de mobilidade elétrica em Argentina, Brasil e Chile, o artigo mostra como a transição energética global se realiza de forma profundamente desigual. De um lado, a China consolida-se como liderança tecnológica e industrial em setores-chave da descarbonização. De outro, a

América do Sul tende a ocupar posições subordinadas, como fornecedora de recursos e plataforma de produção de fases intermediárias da cadeia. A noção de “transição energética desigual” permite recolocar a pergunta sobre quais margens a região possui para transformar esse aprofundamento de vínculos em projeto próprio de desenvolvimento e não apenas em nova camada de dependência verde.

Fechando o primeiro bloco, Victória Batistela Silva Rodrigues, em “Investimentos chineses no México: características, controvérsias socioambientais e disputas por hegemonia em torno do Trem Maia e do Istmo de Tehuantepec”, desce à escala dos megaprojetos e de seus conflitos concretos. O artigo analisa a entrada de capitais chineses no México contemporâneo, com foco nos projetos Trem Maia e Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec durante o governo López Obrador. Ao reconstituir o desenho dos investimentos, os mecanismos de facilitação e as controvérsias associadas às consultas indígenas, ao turismo “sustentável” e aos impactos socioambientais, o artigo evidencia como a presença chinesa se imbrica em disputas geopolíticas mais amplas - inclusive com os Estados Unidos - e em conflitos locais por terra, território e modelos de desenvolvimento. O caso mexicano funciona, assim, como laboratório de leitura das formas concretas assumidas pelas disputas hegemônicas em torno da infraestrutura com notável sensibilidade territorial.

O segundo bloco é aberto com o artigo de Janailson Santos de Almeida, “As relações de cooperação com a China e a mecanização da agricultura familiar brasileira: o caso do MST”. Partindo do contraste entre a modernização da agricultura camponesa na China e o atraso da mecanização na agricultura familiar brasileira, o artigo relata e analisa a estratégia do MST de cooperação tecnológica com a *China Agricultural University* e outras instituições. Ao discutir o intercâmbio de maquinário adaptado, a centralidade da mecanização para o projeto de Reforma Agrária Popular e as desigualdades de acesso a máquinas no campo brasileiro, o texto mostra como a relação com a China pode ser reapropriada “por baixo” por sujeitos coletivos subalternos. Longe de romantizar a cooperação, o artigo evidencia tensões e desafios, mas mostra que os mesmos fluxos que alimentam o agronegócio podem ser disputados para fortalecer um campesinato agroecológico, inscrevendo as relações China-Brasil no horizonte de uma transformação agrária contra-hegemônica.

Na mesma chave, mas com ênfase maior na dimensão diplomática e institucional, Laura Brand Fabrizio, Isabelle Rossatto Cesa, Eduarda Paz Trindade e Marina Calisto Alves, em “A parceria Brasil-China e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): perspectivas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural”, exploram a cooperação entre o MST e atores chineses como parte da parceria estratégica Brasil-China. Combinando revisão da questão agrária em ambos os países, levantamento de notícias do MST e análise de memorandos de entendimento, o artigo mostra como se

desenham iniciativas em torno de maquinário adaptado, bioinsumos, centros de pesquisa e formação. As autoras chamam atenção tanto para o potencial dessa cooperação para fortalecer soberania alimentar, agroecologia e inclusão produtiva, quanto para o risco de novas assimetrias e dependências se não houver salvaguardas à autonomia política e produtiva dos sujeitos do campo. Em diálogo estreito com o texto anterior, o artigo demonstra que a agricultura não é apenas espaço de impacto dos investimentos chineses, mas também terreno de elaboração de alternativas no marco de uma diplomacia Sul-Sul disputada.

Por fim, Mariana Homem de Mello Reinach, em “Relato imagético de uma viagem à China rural”, encerra o dossiê com uma contribuição híbrida entre ensaio visual, narrativa de viagem e reflexão etnográfica. A partir de uma experiência de um mês em territórios rurais chineses, no contexto de uma conferência em Beijing e de itinerários por vilarejos, museus comunitários e paisagens agrícolas, o texto oferece ao leitor latino-americano uma imersão sensível em mundos rurais que raramente aparecem nas estatísticas de comércio ou nos balanços de investimento. O relato destaca políticas de preservação da memória e da história local, formas específicas de modernização rural e os encontros entre militantes, acadêmicos e camponeses em redes transnacionais como o *Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South*. Ao colocar rostos, lugares e paisagens concretas no centro, o trabalho funciona como contra-leitura em relação às categorias macro que atravessam o dossiê, lembrando que as relações China-América Latina se fazem também em encontros cotidianos, afetos e imaginários rurais que desafiam estereótipos e convidam a repensar, em profundidade, o que está em jogo quando falamos em investimentos, meio ambiente e agricultura.

Reunindo análises sobre investimentos, infraestrutura, transição energética, agronegócio e cooperação em desenvolvimento rural, este dossiê mostra que as relações China-América Latina não são um destino dado, mas um terreno em disputa, no qual se cruzam projetos hegemônicos de controle de recursos, estratégias estatais de desenvolvimento e iniciativas contra-hegemônicas vindas de movimentos sociais e territórios. Os artigos aqui apresentados evidenciam tanto a persistência de assimetrias quanto a existência de brechas para redefinir cadeias produtivas, instituições e alianças à luz de agendas de soberania alimentar, justiça socioambiental e transição energética justa. Ao articular reflexão teórica, mapeamentos empíricos e experiências de cooperação “desde baixo”, o dossiê contribui para consolidar um campo de estudos crítico em relações China-América Latina, que recusa leituras fáceis de “oportunidade” ou “ameaça” e insiste na responsabilidade política de disputar os rumos dessa presença, por meio de regulação democrática, planejamento público e protagonismo dos atores sociais que vivem e trabalham nos territórios impactados.

Referências bibliográficas

ARMONY, Ariel C.; STRAUSS, Julia. C. From going out (zou chuqu) to arriving in (desembarco): Constructing a new field of inquiry in China-Latin America interactions. **China Quarterly**, v. 209, p. 1-17, 2012.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019.

IORIS, Rafael. R.; CEPIK, Marco. History: The long trajectory of a relationship yet to be fulfilled. In: SCHNEIDER, Aaron; TEIXEIRA, Alessandro Golombiewski (org.). **China, Latin America, and the global economy**: Economic, historical, and national Issues. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 19-38.

MCKAY, Ben M.; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe W.; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: Towards a new consensus of resource control? **Third World Thematics: A TWQ Journal**, v. 1, n. 5, p. 592-611, 2017.

MENEZES, Roberto G.; BRAGATTI, Milton. C. Dragon in the “backyard”: China’s investment and trade in Latin America in the Context of Crisis. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 3, p. 446-461, 2020.

PETERS, Enrique D. **China OFDI Monitor in Latin America and the Caribbean 2024**. Red ALC-China, 2024.

PETERS, E. D.; ARMONY, Ariel C. (org.). **Beyond raw materials**: Who are the actors in the Latin America and Caribbean-China relationship? Buenos Aires: Friedrich-Ebert-Stiftung, Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China, Center of Latin American Studies, Fundación Foro Nueva Sociedad, 2015.

WILKINSON, John; ESCHER, Fabiano; GARCIA, Ana S. The Brazil-China nexus in agrofood - Trade, diplomacy, innovation, climate and food security. **International Quarterly for Asian Studies**, v. 53, n. 2, p. 251-277, 2022.

Fabiano Escher

Professor do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com doutorado sanduíche no College of Humanities and Development Studies (COHD), China Agricultural University (CAU). Mestre em Desenvolvimento Rural pelo PGDR/UFRGS. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pós-Doutorado no CPDA/UFRRJ, em parceria com o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (INCT PPED), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2017-2018). Pós-Doutorado no COHD/CAU, Beijing, China (2019), pelo Programa Pós-Doutorado no Exterior da CAPES. Pós-Doutorado no CPDA/UFRRJ, pelo Programa Pós-Doutorado Nota 10 da FAPERJ (2020). É membro do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP/UFRRJ), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento (GEPAD/UFRGS) e do Grupo de Pesquisas BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS/Interinstitucional).

E-mail: escher_fab@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7170589180060167>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6082-259X>

Ana Elisa Saggiaro Garcia

Professora Adjunta de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação de ciências sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Co-coordenadora do GT CLACSO Lex mercatoria, poder corporativo y derechos humanos. Líder do Grupo de Pesquisa Economia Política das Relações Sul-Sul". Foi diretora do BRICS Policy Center (2021-2023), membro da diretoria da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) (2023-2025) e coordenadora da área temática de Economia Política Internacional da ABRI (2021-2023). Doutora em Relações Internacionais pelo IRI/ PUC-Rio e mestre em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim (Alemanha). Membro do conselho editorial do Socialist Register (Canadá). Pesquisadora colaboradora do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS).

E-mail: anasaggiaro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8254158661212593>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4106-5989>

Felipe Hermeto de Almeida

Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), colaborando no Núcleo de Documentação de Movimentos Sociais e Políticas Públicas (NMSPP). Bacharel em Direito com ênfase em Estado e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

E-mail: fhermetoa@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8761966588155771>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0906-1366>